

A propósito de dois livros de Alice Vieira

Contos de fadas, sim ou não?

Ilse Losa

Uns anos atrás oferecia-se com frequência, às crianças e aos jovens, um certo tipo de crónicas familiares, quase sempre saídas da pena de mulheres, em que os protagonistas — crianças ou adolescentes — passavam o tempo entre aulas e recreios em colégios «selectos», compras, viagens superficialmente prazenteiras, bailaricos particulares, etc.. Esses protagonistas-contentes-da-vida diziam coisas fúteis, não reflectiam, e se o faziam não chegavam a coisa nenhuma pois as autoras não os tinham equipado com o necessário espírito crítico. Tratava-se por assim dizer de uma literatura-penduricalho da literatura trivial para adultos, em que vocábulos como «janota», «chique», «amoroso» e outros que tais pulavam como piolhos em pêlo de cão: uma literatura sem características ou direitos próprios.

Vem isto a propósito de dois livros de Alice Vieira, «Rosa, minha irmã Rosa» e «Lote 12-2.º frente» (1), dos quais o segundo é a continuação do primeiro (e, quanto posso prever, a narração ainda não acaba por aqui). Eis finalmente, da autoria duma escritora portuguesa, um género de crónica familiar dedicada a crianças e adolescentes, que apresenta pessoas de carne e osso. E não afirmo isso por se tratar de pessoas sem grandes meios financeiros — podiam muito bem escrever-se livros para crianças sobre famílias ricas —, mas por sentirmos autenticidade naquelas vidas. A autora escreve num estilo claro e simples, mas nunca pobre. Por tudo isso os dois tomos serão sempre uma boa aquisição. Substituem, com grande vantagem, essa avalanche de livros recheados de lamechices e ideias postizas.

A narração é feita na primeira pessoa pela própria protagonista, a pequena Mariana. É ela quem nos revela o mundo um tanto restrito mas movimentado e feliz de uma família pequeno-burguesa.

No primeiro volume o nascimento da irmãzinha Rosa provoca conflitos íntimos à Mariana, conflitos esses que ao longo das páginas se vão resolvendo da melhor maneira; no segundo a mudança da casa alugada para uma habitação própria, num pequeno andar novinho em folha, num bairro económico também novinho em folha e, mais precisamente, na rua que tem o nome seco de «Rua Projectada à Praça B», cria-lhe problemas de outro tipo, mas não menos angustiosos.

Não tenho dúvidas de que, numa considerável parte destes dois livros, as crianças se encontram, se identificam, como por exemplo nas passagens em que a autora descreve os sentimentos dúbios que a protagonista experimenta em relação à recém-nascida, a rejeição das visitas maçadoras que aparecem cheias de formalismos e praxes, o desgosto de Mariana por ter de mudar da escola onde tinha bons amigos; e em outras mais. Mas, por outro lado, há trechos em que as intenções da autora saltam demasiado à vista, traduzindo conceitos seus postos na boca da criança, que diz, por exemplo, coisas como: «Eu acho que a avó Elisa só não gosta do progresso que ela não entende»... Mas onde isso sobretudo se evidencia é na antipatia que aquela rapariguinha manifesta em relação aos velhíssimos contos tradicionais e às «histórias de fadas», a toda a espécie de figuras e factos que na «verdade» não existem

ou não «podem acontecer». Assim, por exemplo: «As histórias da avó Lídia raramente metiam fadas nem bruxas. Eram quase todas passadas com gente como nós, e talvez por isso eu gostasse tanto de as ouvir»... ou: «Tocar com uma varinha de condão numa abóbora e dizer «quero que isto se transforme em carruagem» — que dificuldade há nisso, partindo do princípio que as varinhas de condão não estão avariadas... ou: «Quem iria gostar da Gata Borralheira se ela tivesse os olhos tortos, pesasse 80 quilos ou fosse gaga?... Não sei, sinceramente, por que razão tal sucede. Quem escreve frases tão belas como «gostava de saber se terá ficado alguma coisa de mim nas paredes do meu quarto» ou «acho que todos envelhecemos um pouco por cada pessoa que vai desaparecendo» tem, de certeza, uma grande sensibilidade, de modo que não lhe podem escapar a beleza e a fascinação dos velhos contos «não verdadeiros», metam eles fadas, ninfas, coelhinhos que falam e outras coisas mais do mesmo género.

Gorki, Eugénio e o conto maravilhoso

Como se sabe, esses velhos contos são um património popular que o tempo, o mais implacável crítico de arte, tem conservado e protegido, o que nos prova o seu valor, quer queiramos quer não. Gorki, que se interessava intensamente junto dos escritores por uma literatura infantil e juvenil de qualidade, teve sempre os contos maravilhosos em grande apreço e, referindo-se ao seu enlevo quando a avó lhos contava, escreveu:

«O que me ofereciam as velhas canções e as histórias de fadas? Eu pressentia por detrás delas um ente lendário que não era robusto, mas sim inteligente, perspicaz, corajoso, persistente; vencia tudo e todos com a sua persistência... Quanto mais eu ia envelhecendo, com tanto mais clareza me ia apercebendo da diferença que havia entre aquelas velhas histórias e a vida monótona, cheia de suspiros lastimosos das pessoas insaciáveis e cobiçosas. Nas histórias de fadas os homens voavam em «tapetes voadores»; caminhavam usando botas que venciam dum só vez sete léguas; acordavam os mortos, construía, numa única noite, palácios... E essas criações poéticas, transmitidas oralmente pelo povo dos tempos idos, em que poetas e trabalhadores se uniam numa pessoa só, essa poesia imortal, mãe



Maria Kell: ilustração para «Lote 12-2.º frente»
O que «não pode acontecer» esmalta e enriquece os contos tradicionais

original da literatura nos livros, tem-me ajudado muito no conhecimento da beleza, do encanto e da riqueza da nossa língua».

Eugénio de Andrade diz no seu belo «Poema à mãe»: «Ainda oiço a tua voz/Era uma vez uma princesa/debaixo dum laranjal/...»

E não é verdade que todos nós admiramos, adultos e crianças, e sempre de novo, os velhos bailados das Sílides, da ninfa Undine, do Pássaro do Fogo...; que ouvimos, maravilhados, «A Flauta Mágica» e a música de Bach que assenta na religiosidade? Não ficamos assombrados perante as pinturas em que estão representadas toda a espécie de figuras míticas? E o «Sonho duma Noite de Verão», os contos de Hans Christian Andersen e os de Pawel Baschow? Etc., etc., etc. Vamos privar as crianças de tudo isso porque «não é verdade», porque «não há»?

E é de facto verdade que as pessoas são comodistas e preguiçosas porque, em crianças, ouvirem falar de fadas e que, por isso, ficam à espera delas para que lhes venham resolver os seus problemas? Haverá quem acredite realmente nisso?

A «verdade» não será por vezes mais perigosa?

Por que razão não se tenta antes desmistificar as deslumbrantes paradas militares com os seus soldados de fardas sedutoras e todo esse sofisticado material de matança, que tão grande fascínio exerce sobre as crianças? (Mas não me digam que a culpa é dos brinquedos bélicos com que aqueles soldados brincavam em pequenos. Acho que não vale pôr os pro-

blemas de pernas para o ar). Em muitos aspectos a realidade e a «verdade» não serão mais perigosas do que as velhas histórias populares, supondo que as últimas são mesmo perigosas?

A técnica e a tecnocracia, mal utilizadas, estão a criar um sistema que avança sobre nós com botas de sete léguas (ou de mil?). Oxalá nos deixe um pouco de liberdade para experimentarmos de vez em quando a eficácia dessa pacífica varinha mágica...

Quero acrescentar que, é óbvio, apoio inteiramente os livros para crianças baseados no quotidiano. Eu própria também os escrevo. O quotidiano é o mundo mais próximo da criança, mundo vastíssimo por mais restrito que seja em espaço. Mas temos necessidade de, em favor dum tipo de expressão, condenar as outras? O maravilhoso (aliás igualmente extraído do quotidiano!) tem o seu lugar na literatura para crianças (e para adultos) do mesmo modo que o têm o «nonsense», o realismo, o poema, a banda desenhada. O que se quer é que tudo isso apareça com a necessária qualidade. De resto, que a criança leia, oiça e veja para aprender, sonhar, fantasiar, se entristecer e rir.

Falta mencionar que as ilustrações de Maria Kell completam o «Lote 12-2.º frente» de Alice Vieira; são duma delicadeza rara e não se limitam a decalcar a narração, mas sim acrescentam-lhe uma poesia própria, a poesia de Maria Kell. É aliás isto que constitui a boa ilustração e a colaboração entre o escritor e o artista plástico.

(1) — «Rosa minha irmã Rosa» e «Lote 12-2.º frente», de Alice Vieira. Editorial Caminho. Preços: 150\$00 e 170\$00

Abelaira sobre o seu novo livro

A procura de uma enigmática unidade

Augusto Abelaira é desde o seu primeiro romance, «A cidade das flores», um escritor de primeira linha da moderna literatura portuguesa. Autor de diversos romances e peças de teatro, o anterior presidente da Associação Portuguesa de Escritores viu, aliás, atribuído à última obra, «Sem tecto entre ruínas», o que é actualmente porventura o mais representativo galardão destinado à prosa de ficção: o Prémio Cidade de Lisboa.

Por estes e outros motivos, um novo livro de Augusto Abelaira — que os leitores de «O Jornal» tão bem conhecem através, também, das suas excelentes crónicas semanais nas nossas colunas — é um acontecimento literário que importa assinalar. Assim, fizemos-lhe algumas perguntas sobre o seu novo romance, «O triunfo da morte», que com a chancela da Sá da Costa, e com capa de Sebastião Rodrigues, será lançado na próxima quinta-feira, dia 9.

«O Jornal» — Que representa O triunfo da morte no conjunto da sua obra?

Augusto Abelaira — O que representa não sei, para um autor tudo aquilo que ele escreve é simultaneamente igual e diferente do que já fez. O tapete que ele se entretém a bordar durante toda a vida é o mesmo, o que ele procura é uma enigmática unidade. Desenhando cavalos aqui, uma flor acolá e duas mulheres nuas mais além, ele busca uma resposta única, mesmo quando sabe, logo à partida, que não há respostas únicas.

P. — Os leitores dirão então o que representa este romance. Mas que pensa você?

R. — Enfim, tanto quanto suponho, O triunfo da morte procura essa unidade virando as costas, pelo menos aparentemente, aos romances anteriores. Onde eles, mais ou menos, se situavam no campo da verosimilhança e eram romances realistas, este conta a história de um homem que descobre, certo dia, que é a Morte — essa Morte que, de resto, aparece nos contos tradicionais.

P. — E como reage ele?

R. — Descobre, ainda por cima, que é uma Morte um tanto inútil, porque na época do automóvel e da metralhadora a Morte tornou-se dispensável e, à semelhança da gravata que ainda usamos ao pescoço,



Abelaira, novo romance
«Conta a história de um homem que descobre, certo dia, que é a Morte»

perdeu a sua função, é uma sobrevivência desnecessária.

P. — Que lhe acontece depois?

R. — Descobre também que não é a única Morte, que há muitas mais Mortes por esse mundo fora, algumas vindas do paleolítico, e sempre disfarçadas de homens vulgares. Talvez eu também seja Morte, talvez você, talvez ele. A dificuldade está em reconhecê-las.

P. — Uma alegoria?

R. — Direi que não; ou, se quiser, uma alegoria que nada alegoriza. Uma obra sem segundos ou terceiros sentidos, apenas uma história para divertir os leitores.

P. — Um romance um pouco na linha das suas peças de teatro?

R. — Até certo ponto... Mas, repito, desta ou daquela maneira, o tapete que me entretive a bordar é o mesmo. E talvez também seja a mesma a vida que me entretenho a viver.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE MOÇÃO

Tendo em conta a seca que tem atingido o País e muito se tem reflectido num Concelho predominantemente agrícola como o nosso.

Considerando os prejuízos daí decorrentes para toda a população, o que já levou a Câmara Municipal a solicitar uma verba de 40.000 contos para auxiliar as necessidades mais prementes.

Considerando que o Governo AD ainda nada fez para minorar os danos causados à agricultura.

A Assembleia Municipal de Coruche, em sua reunião de 25/3/81, deliberou por unanimidade exigir tomada de medidas urgentes de apoio aos pequenos e médios agricultores, Cooperativas, UCP's e Autarquias Locais.

Coruche, 26 de Março de 1981

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

MOÇÃO

A Assembleia Municipal de Coruche em sua sessão de 25/3/81, deliberou por maioria absoluta, com 6 abstenções aprovar uma moção de repúdio da tentativa de instalar armas nucleares em Portugal negando ao Governo AD legitimidade para negociar monstruosidade que a concretizar-se colocaria o nosso País num alvo de fácil destruição e morte.

Coruche, 26 de Março de 1981